

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2021 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O FUNDES - Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo foi instituído pela Lei nº 9.968 de 27 de dezembro de 2012, alterada pela Lei nº 10.262, de 07 de agosto de 2014, com o propósito de receber os recursos do FUNRES - Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, encerrado em 14 de outubro de 2014, por meio da Portaria nº 363 do Ministério da Integração Nacional. Em âmbito federal, a transferência das competências, direitos e deveres do antigo fundo ao novo FUNDES teve início com a edição da MP nº 628 de 28/11/2013, convertida na Lei nº 12.979.

A atualização do FUNRES, fruto de articulações políticas possibilitou racionalidade econômica e autonomia local para a gestão dos recursos remanescentes, vindo a atender aos interesses do estado do Espírito Santo, que a partir daí pode imprimir nova dinâmica na operacionalidade do Fundo, com a adoção de modelo de gestão facilitador do encaminha e da implementação de proposições para solução de pendências e entraves estruturais na carteira de ações e debêntures do Fundo. No presente relatório, apresentamos informações do exercício social de 2021 do FUNDES. Neste documento dimensionam-se as carteiras de clientes e o resultado do fundo, lista-se as responsabilidades do BANDES enquanto seu banco operador e gestor, em consonância com o determinado no Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES.

2. GOVERNANÇA

Ao BANDES, enquanto banco operador do FUNDES compete-lhe, dentre outros, a prestação dos serviços técnicos necessários à sua operacionalização; liberação de recursos e cobrança administrativa e judicial dos créditos; a representação extrajudicial e judicial; e a manutenção em arquivo dos livros e documentos do Fundo, bem como as atas e decisões acerca de seu funcionamento; e a elaboração de demonstrações financeiras.

Ao Conselho de Administração do BANDES cumpre estabelecer as prioridades e diretrizes para aplicação dos recursos do FUNDES; aprovação de normas operacionais, dispor sobre políticas de crédito, de investimento, de desinvestimento e renegociação de créditos; e propor ao Governo do Estado, quando necessárias, modificações na legislação do FUNDES, dentre outras.

3. RECURSOS DO FUNDO

As disponibilidades são remuneradas conforme art. 4º da Lei 10.262 de 08 de agosto de 2014 mediante aplicação taxa idêntica a adotada na caderneta de poupança. No exercício social de 2021, a remuneração auferida sobre os recursos disponíveis totalizou R\$ 836 mil.

A remuneração da taxa de administração foi calculada de acordo com o art. 8º do Decreto 4092-R de 05 de abril de 2017 que define a remuneração do BANDES, pelo desempenho de suas funções em 2,1% ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, podendo ser debitado em parcelas mensais.

O patrimônio líquido de R\$ 158,485 milhões (R\$ 190,986 milhões em 2020) é constituído dos grupos e subgrupos: recursos de incentivos fiscais, cotistas, ajuste de avaliação patrimonial, resultados acumulados, resultados de exercícios anteriores e resultado do exercício.

4. MODALIDADES DE APOIO E CARTEIRA DE PROJETOS

4.1. Carteira de Debêntures

Na composição da carteira de debêntures em 2020, constavam 32 empresas, em acompanhamento, cujo saldo devedor corrigido pelas taxas contratuais TR ou TJLP, mais juros de 4% a.a. e encargos e mora sobre inadimplimento, totalizava R\$ 124,073 milhões.

TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS (em milhares de reais)

| | |
|---|----------------------|
| Títulos de Renda Fixa | 4.294 |
| Debêntures da Carteira Própria | 124.073.005 |
| Debêntures Conversíveis em Ações - Normais | 2.248.660 |
| Debêntures Conversíveis em Ações - Em Atraso | 54.504.379 |
| Debêntures Não Conversíveis em Ações - Em Atraso - Lei 8.167/91 | 150.433 |
| Debêntures Não Conversíveis em Ações - Em Atraso - MP 2.199/01 | 67.169.533 |
| Títulos de Renda Variável | 60.374 |
| Ações da Carteira Própria | 52.435 |
| Cotas de Outros Fundos | 7.939 |
| (-) Provisão para Desvalorização de Títulos | (124.129.085) |
| (-) Títulos de Renda Fixa | (124.073.005) |
| (-) Títulos de Renda Variável | (56.080) |

4.2. Carteira de Ações

Constituída por 58 empresas incentivadas, a carteira de ações em dezembro de 2021, compreendia 2.548,2 milhões de ações emitidas, contabilizadas no exercício social por R\$ 52,4 milhões.

4.3. Financiamentos

Em 2021, foram aprovadas 08 (oito) operações, totalizando R\$ 21,360 milhões. E liberados R\$ 13,484 milhões em 09 (nove) operações.



4.3.1. Carteira Incorporada do FUNDESUL

Com a recepção da carteira de crédito do Fundo de Desenvolvimento do Sul do Estado do Espírito Santo - FUNDESUL autorizada pela Lei nº 11.226, de 29/12/2020, os ativos do FUNDES aumentaram em R\$ 1,828 milhão com três operações de crédito.

4.4. Participações em Outros Fundos

O Conselho Gestor do FUNDES, em reunião realizada em 29/11/2016, deliberou aprovar a proposição da utilização de R\$ 30 milhões do FUNDES, entre os anos 2017 e 2024, para investimentos em Fundos de Investimentos em Participações - FIP's. O montante disponibilizado destina-se a selecionar e ato contínuo ingressar como cotista de fundos na qual uma empresa gestora identifica o potencial de crescimento de um negócio e adquire um percentual de suas ações. Ou seja, o Fundo prospecta empresas e entra como sócio acionista por um período determinado.

O Fundo, como acionista, traz experiência e boas práticas que apoiam a gestão e a governança da empresa. Assim, com o tempo, a empresa ganha expertise e resultados.

Importante frisar que o aporte de capital não é feito em um montante único, seguirá uma evolução de desembolso através de chamadas de capital da gestora, que ocorrem ao longo do período de atuação do FIP.

O Conselho Gestor do FUNDES aprovou, inicialmente, a entrada em 2 (dois) FIP's, o PRIMATEC e o Seed4Science, no valor de R\$ 10,0 milhões e R\$ 5,0 milhões, respectivamente, com exigência de o BANDES participar do Comitê de Investimentos dos Fundos, tendo que ao final do período de investimentos os fundos terem que investir o mesmo montante em empresas localizadas no estado do Espírito Santo.

O PRIMATEC é um Fundo de Investimento em Participações destinado a investir em companhias inovadoras, com alto potencial de crescimento e geração de valor. O Fundo nasceu a partir do programa Inova Empresa da FINEP e é gerido pela Antera Gestão de Recursos S.A. e tem a Brain Ventures Gestão de Negócios S.A. como consultor operacional.

O Seed4Science tem como tese empresas nascentes de base tecnológica que tenham foco produtos, processos e serviços de alta tecnologia e/ou significativo teor de inovação na solução de problemas relevantes em grandes mercados. A gestora do Fundo é a empresa Fundepar Gestão e Consultoria de Investimentos Ltda, uma gestora de fundos de investimentos especializada no desenvolvimento de negócios inovadores de alto impacto.

Em reunião de 18/12/2019, o Conselho Gestor do FUNDES aprovou aporte de recursos de R\$ 5 milhões no Fundo Capital Semente de Coinvestimento Anjo - FIP ANJO, gerido pela Domo Invest Gestor de Ativos Financeiros e Valores Mobiliários Ltda e administrado por BRL Trust Investimentos Ltda, com a ressalva de alteração do regulamento do fundo para constar a obrigação de investir no mínimo esse mesmo valor em empresas sediadas no Espírito Santo.

Em 16/09/2020 em sua 35ª reunião, o Conselho Gestor aprovou o investimento de R\$ 10 milhões no Fundo TM3 Capital VC4 - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A entrada efetiva no Fundo ocorreu no segundo semestre de 2021. O Fundo VC4 está em processo de investimentos em empresas de médio porte no setor de tecnologia, para as quais há poucas oportunidades de financiamento no Brasil e também no ES. O BANDES subscreveu R\$ 10 milhões no Fundo já em andamento, conforme aprovado pelo Conselho Gestor do FUNDES e atendeu chamada de capital no final de 2021 no total de R\$ 170 mil.

Em números, considerando a carteira de FIP's Fundes, dos R\$ 30 milhões aprovados, foram repassados pelo BANDES R\$ 9,16 milhões, sendo R\$ 2,69 milhões no ano de 2021. No total foram investidas em 4 empresas no ES por meio do PRIMATEC e Seed4Science, a saber, Lume robotics, Mogai, Olho do Dono e Aratu. O Fundo Anjo e TM3 VC4, por serem mais recentes na carteira, ainda não efetivaram investimentos no ES.

5. REMUNERAÇÃO DO BANCO OPERADOR

A remuneração das disponibilidades foi calculada no exercício de 2021 de acordo com o art. 8º do Decreto 4092-R de 05 de abril de 2017 que define a remuneração do BANDES, pelo desempenho de suas funções em 2,1% ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, podendo ser debitado em parcelas mensais, totalizando R\$ 3,973 milhões.

6. RESULTADOS

No período em análise, o resultado do exercício foi negativo em R\$ 30,829 milhões. O patrimônio líquido apurado em 31 de dezembro de 2021 é R\$ 158,485 milhões (R\$ 190,986 milhões em 2020).

7. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

- Lei nº 9.968 de 27/12/2012 - Dispõe sobre a instituição de fundo para receber os recursos a serem transferidos do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES e dá outras providências (revogado pela Lei nº 10.262 de 07/08/2014);
- Lei nº. 10.262 de 07/08/2014 - Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES, destinado a receber recursos a serem transferidos do FUNRES;
- Decreto nº. 3.669-R de 16/10/2014 - Regulamento do FUNDES, instituído pela Lei 10.262/2014 (revogado pelo Decreto nº. 4092-R de 05/04/2017);
- Lei nº. 10.496 de 26/02/2016 - Altera a redação do art. 10 da Lei nº 10.262/2014 que trata da renegociação de debêntures;
- Resolução nº. 04/2016 de 26/04/2016 - Define as condições operacionais para a Renegociação de Debêntures, conversíveis e não conversíveis em ações;
- Resolução nº. 06/2016 de 26/07/2016 - Estabelece as regras para Leilões Especiais de Títulos, Oferta Pública e Resgate de Ações do FUNDES;
- Decreto nº. 4092-R de 05/04/2017 - Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES (revoga o Decreto nº 3669-R de 16/10/2014);
- Lei nº 11.226 de 29/12/2020 - Extingue o FUNDESUL e transfere ativos e passivos ao FUNDES.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

| ATIVO | 2021 | 2020 | PASSIVO | 2021 | 2020 |
|---|----------------------|----------------------|---|-----------------|----------------|
| CIRCULANTE | 162.862 | 193.218 | CIRCULANTE (10) | 1.244 | 1.244 |
| DISPONIBILIDADES (4) | 55.936 | 20.594 | Outras Obrigações | 1.244 | 1.244 |
| BANDES - Depósitos de Livre Movimentação | 55.936 | 20.594 | PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (11) | 3.133 | 988 |
| Disponibilidades | 47.265 | 12.147 | Provisão de Ações Cíveis | 3.133 | 988 |
| Disponibilidades – SIF | 8.671 | 8.447 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO (13) | 158.485 | 190.986 |
| REPASSES INTERFINANCEIROS (6) | 92.541 | 108.467 | Recursos de Incentivos Fiscais | 1.655 | 1.655 |
| Devedores por Repasses a Agentes Financeiros | 92.541 | 108.467 | Cotistas | 7.802 | 7.802 |
| BANDES | 92.541 | 108.467 | Cotas Emitidas | 7.802 | 7.802 |
| OPERAÇÕES DE CREDITO | 5.132 | 55.334 | Ajuste de Avaliação Patrimonial | | |
| Empréstimos | 5.132 | 23.767 | (+/-) Títulos Disponíveis para Venda – Próprios | (1.668) | - |
| Operação Cessão de Crédito (7) | 28.906 | 31.567 | Resultados Acumulados | 150.696 | 181.529 |
| (-) provisão operações de cessão de crédito | (28.906) | - | Resultados de Exercícios Anteriores | 181.525 | 186.477 |
| TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS | 5.532 | 4.294 | Resultado do Exercício | (30.829) | (4.948) |
| Títulos de Renda Fixa (5.b) | 175.014.514 | 124.073.005 | Lucro/Prejuízo do Exercício | (30.829) | (4.948) |
| Debêntures da Carteira Própria | 175.014.514 | 124.073.005 | | | |
| Debêntures Conversíveis em Ações - Normais | 2.248.660 | 2.248.660 | | | |
| Debêntures Conversíveis em Ações - Em Atraso | 77.620.977 | 54.504.379 | | | |
| Debêntures Não Conversíveis em Ações - Em Atraso - Lei 8.167/91 | 150.433 | 150.433 | | | |
| Debêntures Não Conversíveis em Ações - Em Atraso - MP 2.199/01 | 94.994.444 | 67.169.533 | | | |
| Títulos de Renda Variável (5.a) | 61.397 | 60.374 | | | |
| Ações da Carteira Própria | 52.435 | 52.435 | | | |
| Cotas de Outros Fundos | 8.962 | 7.939 | | | |
| FICART – ICMS | 3.644 | 3.644 | | | |
| Fundos FIPs (5.c) | 6.985 | 4.295 | | | |
| (+/-) Fundos FIPs – Ajuste a Valor Justo (5.c) | (1.668) | - | | | |
| (-) PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS | (175.070.594) | (124.129.085) | | | |
| (-) Títulos de Renda Fixa | (175.014.514) | (124.073.005) | | | |
| (-) Títulos de Renda Variável | (56.080) | (56.080) | | | |
| CRÉDITOS VINCULADOS | 71 | 69 | | | |
| Depósitos Judiciais | 71 | 69 | | | |
| Depósitos Judiciais – IR | 71 | 69 | | | |
| OUTROS CRÉDITOS | 3.865 | 4.460 | | | |
| Rendas a Receber | 10 | 10 | | | |
| Dividendos - Juros s/ Capital Próprio a receber | 10 | 10 | | | |
| Ações da Carteira Própria | 10 | 10 | | | |
| (-) Provisão para Rendas a Receber | (10) | (10) | | | |
| (-) Dividendos - Juros s/ Capital Próprio a receber | (10) | (10) | | | |
| (-) Ações da Carteira Própria | (10) | (10) | | | |
| Diversos | 3.865 | 4.460 | | | |
| Devedores por Compra de Valores e Bens (12) | 3.865 | 4.460 | | | |
| TOTAL DO ATIVO | 162.862 | 193.218 | TOTAL DO PASSIVO | 162.862 | 193.218 |

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

| | 2021 | 2020 |
|--|---------------------|---------------------|
| RECEITAS OPERACIONAIS | 50.946.774 | 36.155.362 |
| Remuneração s/ Disponibilidades e Depósitos Vinc. à Subscrição (4) | 836 | 1.469 |
| Rendas de Operação de Crédito | 1.483 | 460 |
| Rendas de Operação de Crédito | 1.483 | 460 |
| Rendas de Títulos de Renda Fixa | 50.941.508 | 36.151.232 |
| Custos Básicos | 2.640 | 2.540 |
| Encargos Financeiros | 336 | 352 |
| Encargos sobre Atraso | 50.938.532 | 36.148.340 |
| Rendas de Títulos de Renda Variável | - | 74 |
| Valorização da Carteira de Ações | - | 74 |
| Rendas de Operações de Repasse | 2.944 | 1.911 |
| BANDES | 2.944 | 1.911 |
| Reversão de Provisões | - | 215 |
| Reversão de Provisão com Processos Judiciais | - | 215 |
| Outras Rendas | 2 | 1 |
| RECEITAS NÃO OPERACIONAIS | 175 | 165 |
| DESPESAS OPERACIONAIS | (50.977.777) | (36.156.808) |
| Despesas de Títulos de Renda Variável | - | (367) |
| Contas de Outros Fundos | - | (367) |
| Taxa de Administração da Carteira (9) | (3.973) | (4.068) |
| Despesas Administrativas | (553) | (198) |
| Despesas de Provisões | (50.972.560) | (36.152.076) |
| Títulos de Renda Fixa (5b) | (50.941.509) | (36.151.232) |
| Provisão Desp. c/ Processos Judiciais | (2.145) | (844) |
| Provisão para operação Cessão de Crédito | (28.906) | - |
| Outras Despesas | (691) | (99) |
| DESPESAS NÃO OPERACIONAIS | - | (3.667) |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | (30.829) | (4.948) |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

| Eventos | Recursos de Incentivos Fiscais | Cotas Emitidas | Ajuste de Avaliação Patrimonial | Resultados Acumulados | TOTAL |
|--|--------------------------------|----------------|---------------------------------|-----------------------|-----------------|
| SALDOS EM 31/12/2020 | 1.655 | 7.802 | - | 181.529 | 190.986 |
| MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2020 | - | - | - | (4.948) | (4.948) |
| SALDOS EM 31/12/2020 | 1.655 | 7.802 | - | 181.529 | 190.986 |
| - Ajuste de Avaliação Patrimonial - FIPs (5.c) | - | - | (1.668) | - | (1.668) |
| - Resultado Cotas SIF | - | - | - | (4) | (4) |
| - Prejuízo do Exercício | - | - | - | (30.829) | (30.829) |
| SALDOS EM 31/12/2021 | 1.655 | 7.802 | (1.668) | 150.696 | 158.485 |
| MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2021 | - | - | (1.668) | (30.833) | (32.501) |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

| | 2021 | 2020 |
|--|-----------------|-----------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | (30.829) | (4.948) |
| LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO | (30.829) | (4.948) |
| Provisão para Contingências Cíveis, Fiscais e Trabalhistas (11) | 2.145 | 35 |
| Provisão da Carteira Cessão de Crédito (7) | 28.906 | - |
| LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO | 222 | (4.913) |
| RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS | 37.815 | (71.792) |
| Repasse Interfinanceiros (6) | 15.926 | (49.056) |
| Operações de Crédito | 21.296 | (18.275) |
| Financiamento de Bens Não de Uso - BNU | 595 | (4.460) |
| Depósitos Judiciais | (2) | (1) |
| CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 38.037 | (76.705) |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | (2.691) | 12.863 |
| Incorporação Patrimônio Fundesul (4.b) | - | 5.030 |
| Participação em Fundos de Investimento - FIP (5.c) | (2.691) | (1.793) |
| Alienação de Bens Não de Uso Próprio - BNU | - | 9.626 |
| CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | (2.691) | 12.863 |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | (4) | - |
| Resgate de Cotas Funres - SIF | (4) | - |
| CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | (4) | - |
| AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 35.342 | (63.842) |
| MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS | 20.594 | 84.436 |
| Início do período | 20.594 | 84.436 |
| Fim do período | 55.936 | 20.594 |
| AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 35.342 | (63.842) |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O FUNDES – Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo foi instituído pela Lei 9.968 de 27 de dezembro de 2012 para receber os recursos do FUNRES – Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, encerrado em 14 de outubro de 2014, por meio da Portaria nº 363 do Ministério da Integração Nacional.

Em 07 de agosto de 2014, o Fundo teve novo ordenamento jurídico, com a edição da Lei 10.262. O patrimônio do FUNDES é operacionalizado e gerido pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em conformidade com as normas legais e regulamentares estabelecidas para o Fundo, e com práticas contábeis adotadas no Brasil, não sendo requerida a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado.

A provisão para desvalorização de títulos de renda fixa e variável, avaliação da carteira de títulos e apropriação das rendas de debêntures, continuam fundamentadas na legislação aplicada ao extinto FUNRES.

Na preparação destas demonstrações contábeis foi utilizada a base da continuidade operacional, que pressupõe que a entidade manterá suas ações e o cumprimento de suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios sociais. Estas demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão em 10 de março de 2022 pela Administração (Fundamento: Art. 7, Incisos XIII e XV do Decreto Regulamentar 4092-R de 05-04-2017).

3. Principais práticas contábeis adotadas

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional. Os recursos são utilizados para gerenciamento dos compromissos financeiros assumidos e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c. Repasses interfinanceiros

Repasses interfinanceiros estão demonstrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos e representados por recursos aplicados em operações de crédito "risco BANDES", na modalidade de financiamento a empresas sediadas no estado do Espírito Santo.

d. Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos e estão representadas por recursos aplicados em operações de crédito "risco FUNDES", na modalidade de financiamento a empresas sediadas no estado do Espírito Santo.

e. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização;
- Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira está amparada em projeções de fluxo de caixa.

f. Participação em ações

As participações em ações estão registradas pelo custo histórico e reduzidas por provisões para perdas, combinadas com as seguintes prescrições:

- Os dividendos das participações acionárias quando declarados e aprovados em assembleia geral de acionistas são contabilizados na rubrica "Rendas de Títulos de Renda Variável";
- As variações patrimoniais da carteira de ações são contabilizadas nas rubricas "Valorização da Carteira de Ações" (se positivas), e "Desvalorização da Carteira de Ações" (se negativas);
- A provisão para desvalorização da carteira é contabilizada nas contas de Resultado do Exercício.

g. Provisão para desvalorização de títulos de renda variável

A provisão para desvalorização da carteira de ações é realizada com base em critérios diferenciados de pontuação, considerando-se fatores determinantes do risco de cada empreendimento, porte e performance do setor de atuação, características da estrutura administrativa-organizacional, níveis de operação relativos à capacidade instalada, e também, no critério estabelecido na Portaria nº 118, de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional, que determina a constituição de provisão no percentual de 100% (cem por cento) do valor contábil das ações, para as empresas que não remeterem as demonstrações contábeis do exercício social até o dia 31 de dezembro do exercício imediatamente posterior.

h. Provisão para desvalorização de títulos de renda fixa

A provisão para perdas com debêntures é constituída de acordo com os seguintes critérios: 100% das parcelas vencidas para as debêntures com prazo de inadimplemento a partir de 60 dias, conforme estabelecido na Portaria nº 118, de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional e 100% do valor das parcelas vencidas e vencendas para as debêntures em cobrança judicial e daquelas cujos projetos estejam paralisados ou inacabados.

i. Provisão para desvalorização de operações de crédito

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado do exercício, considerando o aumento significativo no risco do crédito desde o seu reconhecimento inicial até a data da presente demonstração.

j. Moeda funcional

A moeda funcional utilizada pelo FUNDES é o Real, mesma moeda de apresentação destas demonstrações contábeis, nas quais os valores expressos estão em milhares de reais.

k. Passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas é efetuado conforme fundamentação dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

4. Disponibilidades no banco operador

a. As disponibilidades R\$ 55.936 (R\$ 20.594 em 2020) são remuneradas à taxa idêntica à adotada na caderneta de poupança, conforme art. 4º da Lei 10.262 de 08 de agosto de 2014. No exercício de 2021, a remuneração auferida sobre os recursos disponíveis totalizou R\$ 836 (R\$ 1.469 em 2020).

b. A Lei Estadual nº 11.226 de 29 de dezembro de 2020 extinguiu o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Sul do Estado do Espírito Santo – FUNDESUL transferindo ativos e passivos ao Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES, que recebeu R\$ 3.264 em disponibilidades e R\$ 1.828 em operações de crédito.

5. Carteira de títulos

a. Ações

Referem-se às participações societárias oriundas da subscrição e integralização de ações e da conversão de debêntures. A avaliação dos títulos é efetuada periodicamente com base nas disposições contidas no art. 7º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com redação dada pela Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999, Decreto nº 101, de 17 de abril de 1991, Resolução nº 1.660 de 20 de outubro de 1989, do Banco Central do Brasil e Portaria nº 118 de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional.

Para efeito de avaliação, as ações são computadas pela cotação média do último dia de negociação, na hipótese de ações cotadas em Bolsa, ou pelo valor patrimonial, com base no balanço da empresa do último exercício social.

Quanto à provisão para desvalorização das ações não houve constituição e nem reversão nos exercícios de 2020 e 2021.

b. Debêntures

Títulos classificados como mantidos até o vencimento, tem sua remuneração efetuada com base nos índices contratuais (especificamente a TJLP), acrescidos de juros de 4% ao ano, apropriados mensalmente em base pro-rata-die, a crédito de contas de resultado, sob o título "rendas de títulos de renda fixa". Para as debêntures provenientes de processos de renegociação efetuados com base na Medida Provisória nº 2.199 de 24 de agosto de 2001, e alterações posteriores, a remuneração é de 9,5% (nove vírgula cinco por cento) ao ano. Referida remuneração é condizente com os encargos financeiros dos Fundos Constitucionais de Financiamento exigidos para empreendimentos de médio porte.

As debêntures conversíveis em ações podem ser convertidas após a emissão do certificado de empreendimento implantado, publicado no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. As debêntures não conversíveis têm prazo médio total de sete anos para pagamento.

Atendendo à Medida Provisória nº 2.199/2001, e alterações posteriores, é utilizada somente a modalidade de subscrição de debêntures conversíveis em ações. A conversão deve efetivar-se integralmente no prazo de um ano a contar da data de emissão do certificado de empreendimento implantado.

A provisão para desvalorização constituída até dezembro de 2021 foi de R\$ 50.941.509 (R\$ 36.151.232 em 2020).

c. Investimentos FIP

Os investimentos em FIP - Fundos de Investimento em Participações é efetivado através de aquisição de cotas de capital de fundo de investimento que tem como finalidade a aplicação de recursos em companhia em fase de desenvolvimento. Em 2021 foi realizada a reclassificação contábil dos investimentos FIP, com reflexo no patrimônio líquido, os quais passaram da categoria de mantidos até o vencimento para categoria disponível para venda.

6. Repasses interfinanceiros

a. Financiamentos

Representam os valores repassados ao agente financeiro Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES.

| REPASSES FINANCEIROS | Saldo das Operações | | % de Representatividade | |
|---|---------------------|----------------|-------------------------|---------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| FUNRES / TURISMO | 77 | 150 | 0,08 | 0,14 |
| FUNRES / MÉDIA EMPRESA COMPETITIVA | 174 | 1.363 | 0,19 | 1,25 |
| FUNRES / FOMENTO RURAL | 3.702 | 6.029 | 4,00 | 5,56 |
| FUNDES/IFM | 828 | 4.255 | 0,89 | 3,92 |
| FUNDES/TURISMO | 856 | 1.526 | 0,92 | 1,41 |
| FUNDES/ECONOMIA VERDE | 3.286 | 4.284 | 3,55 | 3,95 |
| FUNDES ECONOMIA CRIATIVA LP | - | 3 | - | 0,00 |
| FUNDES/MICROCRÉDITO IFM | 1 | 128 | 0,00 | 0,12 |
| FUNDES/ECONOMIA VERDE - RISCO "C" | - | 12 | - | 0,01 |
| FUNDES/ INVESTIMENTO FIXO E MISTO - RISCO "C" | 150 | 546 | 0,16 | 0,50 |
| FUNDES/TURISMO - RISCO "C" | 199 | 357 | 0,22 | 0,33 |
| FUNDES/IFM- TAXA VARIÁVEL | 21.499 | 21.638 | 23,23 | 19,95 |
| FUNDES/ INVESTIMENTO FIXO E MISTO - BÔNUS | - | 148 | - | 0,14 |
| FUNDES/ INVESTIMENTO FIXO E MISTO - BÔNUS - TAXA VARIÁVEL | 157 | 301 | 0,17 | 0,28 |
| FUNDES/ECONOMIA SELIC | 2.146 | 3.508 | 2,32 | 3,23 |
| FUNDES ECONOMIA CRIATIVA SELIC | 15 | 51 | 0,02 | 0,05 |
| FUNDES TURISMO SELIC | 47 | 125 | 0,05 | 0,11 |
| FUNDES TURISMO SELIC - RISCO C | - | 94 | - | 0,09 |
| FUNDES/GIRO - TAXA VARIÁVEL-SELIC | 1.112 | 2.961 | 1,20 | 2,73 |
| FUNDES/GIRO - TAXA VARIÁVEL-SELIC-RISCO C | 21 | 86 | 0,023 | 0,08 |
| FUNDES/GIRO SELETIVO | 32.379 | 30.694 | 34,99 | 28,30 |
| FUNDES/INDÚSTRIA 4,0 | 614 | 1.249 | 0,66 | 1,15 |
| FUNDES / GIRO EMERGENCIAL | 25.278 | 27.443 | 27,32 | 25,30 |
| FUNDES / PÓS-COLHEITA - COMERCIALIZAÇÃO | - | 1.516 | - | 1,40 |
| TOTAL | 92.541 | 108.467 | 100,00 | 100,00 |

As apropriações dos encargos mensais são contabilizadas a crédito de "rendas de operações de repasse". O Fundo não constituiu provisão para perdas em "Financiamentos", devido à inexistência de atrasos nos pagamentos e ao baixo risco de crédito do agente financeiro.

7. Créditos adquiridos

Correspondem a operações de créditos adquiridas do BANDES, nos termos da Lei estadual nº 10.764/17, que alterou a Lei estadual nº 10.262/14 e deliberação do Conselho de Gestor do FUNDES, em reunião datada de 06/09/2017. A cessão é regida subsidiariamente pelos artigos 286 a 298 do Código Civil Brasileiro e Resolução CMN/BACEN nº 2.836/01.

| OPERAÇÃO CESSÃO DE CRÉDITO | Saldos das Operações | | Representatividade % | |
|--|----------------------|---------------|----------------------|---------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| CC - BNDES - PRONAF MAIS ALIMENTOS 2010-2011 | 2.502 | 3.467 | 8,66 | 10,98 |
| CC - BNDES - PRONAF INVESTIMENTO 2011-2012 | 9.762 | 13.274 | 33,77 | 42,05 |
| CC - BNDES - PRONAF MAIS ALIMENTOS 2011-2012 | 5.794 | 7.704 | 20,04 | 24,41 |
| CC - BNDES - PRONAF MAIS ALIMENTOS 2012-2013 | 2.918 | 3.938 | 10,09 | 12,48 |
| CC - BNDES - PRONAF MAIS ALIMENTOS 2013-2014 | 1.896 | 2.519 | 6,56 | 7,98 |
| CC - BNDES - PRONAF MAIS ALIMENTOS 2014-2015 | 627 | 806 | 2,17 | 2,55 |
| CC - BNDES - PRONAF MULHER INVESTIMENTOS SAFRA 2012-2013 | 1.200 | 1.631 | 4,15 | 5,17 |
| (-) DESCONTOS OBTIDOS EM CESSÃO DE CRÉDITO | - | (7.464) | - | (23,66) |
| CC / BNDES / PRONAF D | 909 | 1.231 | 3,14 | 3,90 |
| CC / BNDES / PRONAF D II | 930 | 1.316 | 3,22 | 4,17 |
| CC / BNDES / PRONAF C I | 408 | 513 | 1,41 | 1,63 |
| CC / BNDES / PRONAF C II | 858 | 1.096 | 2,97 | 3,47 |
| CC / BNDES / PRONAF / MULHER INVESTIMENTO | 253 | 403 | 0,88 | 1,28 |
| CC / BNDES / PRONAF / INVESTIMENTO SAFRA 2010-2011 | 849 | 1.133 | 2,94 | 3,59 |
| TOTAL | 28.906 | 31.567 | 100,00 | 100,00 |

As receitas originadas de operações de créditos adquiridas (cessão de crédito), que por se tratarem de créditos contingentes, referindo-se a créditos com qualidade deteriorada e, portanto, integralmente provisionadas, são apropriadas ao resultado quando do seu efetivo recebimento.

8. Remuneração do banco operador

A Remuneração das disponibilidades foi calculada no exercício de 2021 de acordo com o art. 8º do Decreto 4092-R de 05 de abril de 2017 que define a remuneração do BANDES, pelo desempenho de suas funções em 2,1% (dois inteiros e dez centésimos por cento) ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, podendo ser debitado em parcelas mensais.

9. Transações com partes relacionadas

O FUNDES tem o BANDES como parte relacionada por ser seu gestor financeiro e operador / administrador, conforme definido nos artigos 5º e 12º da Lei Estadual 10.262 de 07/08/2014, que compreende, dentre outras determinações legais, a prestação dos serviços técnicos necessários à sua operacionalização, incluindo a análise de projetos, aprovação de financiamentos e o acompanhamento de sua implantação, liberação de recursos e cobrança administrativa e judicial dos créditos do FUNDES, atuando como seu mandatário.

Da prestação dos serviços e obrigações assumidas, o FUNDES teve a seguinte relação com o administrador BANDES:

| | Ativos e (Passivos) | | Receitas e (Despesas) | |
|---|---------------------|--------|-----------------------|---------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Disponibilidades no Banco Operador | 55.936 | 20.594 | - | - |
| SPREAD de Operação de Crédito | - | - | (687) | (99) |
| Taxa de administração da carteira | - | - | (3.973) | (4.068) |
| Rendas sobre Disponibilidades de Recursos | - | - | 836 | 1.469 |

10. Passivo Circulante

Corresponde aos recursos pertencentes às empresas incentivadas oriundos de devolução de taxa de análise conforme determinado no Acórdão nº. 2.236/2006 do Tribunal de Contas da União.

11. Provisão de ações cíveis

Para cobertura de dispêndios com demandas judiciais, a Administração constituiu provisões em montante suficiente para cobrir perdas estimadas com as ações judiciais em curso, conforme as seguintes classificações: ações com risco provável – provisão constituída no valor atualizado da causa R\$ 3.132 (R\$ 988 em 31 de dezembro de 2020); ações com risco possível – não é contabilizada provisão, apenas são mencionados os respectivos montantes em notas explicativas R\$ 0,00 (R\$ 1.430 em 31 de dezembro de 2020).

12. Devedores por compras de valores e bens

É composto por financiamento de bens recebidos em dação de pagamento, proveniente de recuperação de crédito, alienados em leilão e pagos com sinal e financiamento do valor remanescente, de acordo com as normas vigentes, R\$ 3.865 (R\$ 4.460 em 2020).

13. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido de R\$ 158.485 (R\$ 190.986 em 2020) é constituído dos grupos e subgrupos: recursos de incentivos fiscais, cotistas, ajuste de avaliação patrimonial, resultados acumulados, resultados de exercícios anteriores e resultado do exercício.

A redução frente ao exercício social de 2020 deve-se, principalmente, pelo reconhecimento no patrimônio líquido do ajuste negativo da avaliação patrimonial dos títulos disponíveis para venda R\$ 1.668, e pelo prejuízo do exercício R\$ 30.829, motivado pelos seguintes fatos: provisionamento da carteira de operações de cessão de crédito adquirida em 2017, e acréscimo em despesas com provisão para processos judiciais.

14. Efeitos Covid-19

A Administração atentando a possíveis impactos nas demonstrações contábeis dos exercícios sociais de 2021 e futuros, provocados especificamente pelo "COVID-19", tem monitorado permanentemente possíveis variações nos resultados, que podem sensibilizar negativamente o resultado financeiro do Fundo.

MUNIR ABUD DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

MARCOS KNEIP NAVARRO
Diretor de Negócios

CLÁUDIO ROBERTO SAADE
Diretor Operacional

SÁVIO BERTOCHI CAÇADOR
Diretor de Administração e Finanças

VALDIR DOS SANTOS
Contador CRC/ES 13.555/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2021

Aos
Diretores e demais Administradores do
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - FUNDES
Instituído pela Lei Estadual nº 10.262/2014 e Operado pelo
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES
Avenida Princesa Isabel nº 54 - Edf. Caparaó 11º andar - Centro - Vitória/ES
- CEP. 29.010-906
CNPJ(MF) nº 22.374.187/0001-26 – Site: www.bandes.com.br

Prezados(as) Senhores(as),

1) Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - FUNDES** ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO - FUNDES** ("Entidade") em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis nas circunstâncias a tais Entidades.

2) Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Ênfase

EXPOSIÇÃO PATRIMONIAL

Conforme mencionado no parágrafo 6 – RESULTADO constante do Relatório de Administração combinado com a nota explicativa nº 13, enfatizamos que o patrimônio líquido da entidade teve redução decorrente de prejuízo de R\$ 30.829 mil no exercício social de 2021 e de R\$ 4.948 mil no exercício social de 2020. Aludida situação não modifica nossas conclusões acerca das Demonstrações Contábeis sob exame, mas, sinaliza para a Administração, necessidade de adoção de medidas protetivas contra variações abruptas em despesas com provisões para desvalorizações de títulos, carteira de crédito, e contingências judiciais; e de implementação célere de medidas voltadas para maior excelência na concessão de créditos e políticas de investimentos.

4) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas.

5) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto com as notas explicativas, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem

ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança do Banco a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

6) Outros Assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo Relatório de Auditoria foi emitido em 19 de março de 2021, sem modificação de opinião.

Vitória/ES, 10 de março de 2022.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ nº 029 – CVM nº 12327

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" ES
Sócio Sênior – CNAI 1552

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" ES
CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S" ES
CNAI 4850